

Jornal Valor Econômico
Caderno Eu & Fim de Semana
Domingo, 26 de junho de 2005.

Interesses

Especialistas e políticos, como o senador Marco Maciel, defendem a tese de que a prática do lobby é necessária para que se criem canais de comunicação entre a sociedade civil e o governo

O lobby para legitimar o lobby
Por Carolina Juliano, para o Valor

Foto: Rafael Jacinto/Valor

Marco Maciel, autor do projeto de lei que regulamenta o lobby: "Se a atividade é regulamentada, sabemos com quem estamos falando, vamos direto ao ponto"

"O lobby no Brasil usa gravata, calça sapato engraxado e tem dentição completa. Não tem lobby de pé descalço e banguela", disse certa vez o então ministro da Educação, Cristóvão Buarque. E continuou: "A discussão do orçamento passa por aí: temos de ter superávit, pagar dívida, cumprir os acordos, manter a estabilidade e atender os lobbies que se expressam no Parlamento." Se, de um lado, a declaração de Buarque poderia sugerir que a atividade lobista não seria legítima, uma vez que não dá chances aos sem-gravata, de outro, conclui, de maneira até conformista, que a atividade de grupos de pressão - formados essencialmente por engratados - já é intrínseca ao processo político brasileiro.

A declaração do ex-ministro sintetiza, de certa forma, a questão sobre a legitimidade da atuação de grupos de pressão no Brasil como exercício de democracia. Principalmente depois de 1985, com a eleição de um presidente civil após duas décadas de domínio militar, e o início da abertura política e econômica, a atuação dos lobistas se intensificou. E se intensificaram também as discussões a respeito dessa atividade.

A prática do lobby, entretanto, chegou ao Brasil na década de 70, como um modismo copiado dos EUA. Mas veio deturpado. O lobby americano surgiu como um processo legítimo de diálogo entre grupos de interesses econômicos e o governo e foi, depois, apropriado por organizações sem motivação econômica. Legitimava-se, assim, o processo de representação de interesses junto a agentes governamentais.

A própria origem da expressão denota a legitimidade da atividade. Lobby, em inglês, significa 'sala de espera', que era onde ficavam as pessoas que procuravam influenciar as autoridades ou políticos, à espera de um horário para conversar e negociar. Estudos apontam como precursores dessa prática

os agricultores do Estado americano da Virgínia, que nomeavam representantes que se plantavam nas ante-salas do Parlamento, no século XIX, para tentar influenciar as decisões sobre política agrícola. "Mas no Brasil o termo lobby é usado como sinônimo de simples pressão, tráfico de influência ou corrupção", explica Andréa de Jesus Oliveira, socióloga, que defendeu tese de doutorado sobre o assunto.

Andréa investigou a atuação dos lobistas no Brasil e sua relação com o Executivo e o Legislativo, mapeando as estratégias de ação que utilizam para alcançar seus objetivos. A conclusão foi de que existem formas legítimas de lobismo não reconhecidas por causa da conotação negativa que a atividade assumiu por aqui. "Entendemos como lobby legítimo aquele que se utiliza de saber especializado e representação técnica para exercer pressão sobre a atividade governamental e defender interesses", define Andréa. "Numa democracia, a prática do lobby é necessária para que se crie um canal de comunicação entre sociedade civil e Estado."

Necessário ou não, fato é que o lobby é prática já inserida no contexto político nacional e sua regulamentação é discutida desde 1983, quando o senador Marco Maciel apresentou projeto de lei com essa finalidade. O objetivo da medida, afirma o senador em sua justificativa, é "ampliar e aperfeiçoar a disciplina legal dos grupos de pressão ou de interesse com atuação junto ao Congresso Nacional". O projeto também prevê meios para punir excessos. "O lobby existe. Cabe a nós lidar com ele", diz o senador. "O projeto foi aprovado no Senado e tramita desde 1989 na Câmara dos Deputados. Penso que, dentre as razões de não ter sido até hoje colocado em votação é a simples falta de informação das pessoas a respeito do assunto." Para o senador, a atividade lobista é fundamental para todos os países de prática democrática séria. "Nos EUA, por exemplo, já há três ou quatro leis para a regulamentar a atividade dos lobistas. A última regulamenta os lobbies de governos estrangeiros."

Mas, como distinguir o lobby legítimo do tráfico de influência? E como saber se os instrumentos de pressão utilizados passaram ao largo da corrupção? "Este é o problema", diz Andréa. "A mídia é a grande vilã por isso, por não saber identificar a atuação do lobista. Todo escândalo é noticiado como lobby. A imprensa começou a utilizar o termo de forma pejorativa, contribuindo para o estigma que o lobby tem hoje."

Diz Andréa que os próprios lobistas brasileiros não aceitam ser chamados por esse nome. Por isso mesmo, é simplesmente impossível encontrar lobistas em Brasília. Para não viverem na clandestinidade, eles se apresentam como consultores políticos, analistas parlamentares ou empresas especializadas em relações governamentais. E atuam, ainda de acordo com a pesquisadora, dentro de seus direitos de cidadãos de uma democracia. "Praticam uma atividade que não envolve dinheiro e, portanto, não é

corrupção, nem a informação privilegiada que caracteriza o tráfico de influência."

Consultores e analistas envolvidos nas tais relações governamentais trabalham dentro da lei. Seus clientes, de acordo com Andréa, são empresários que encontram obstáculos no caminho do bom desempenho de seus negócios. Contratam lobistas para descobrir o que está se passando e buscar uma solução.

O lobby tem várias etapas. Primeiro, é identificado o problema e os consultores investigam junto ao governo a área de atuação da empresa em questão e tudo que a envolve. Depois fazem o monitoramento legislativo e político, para entender como a questão poderá ser inserida. Por último, desenvolvem estratégias de ação e partem para conquistar aliados e identificar inimigos de seus interesses, a fim de convencê-los a colaborar para que seus objetivos sejam alcançados.

Todas as empresas de lobby chegam, em certo momento, à etapa da pressão, ou de sedução. Nessa fase, os interessados em conseguir alguma coisa do governo utilizam subterfúgios - legais - dos mais variados para conquistar inimigos. "Promovem festas e jantares para os parlamentares ou os convidam para viajar e conhecer suas instalações, enaltecem seus discursos. É mesmo um processo de sedução que muitas vezes o lobista deixa a cargo do próprio cliente, retirando-se de cena", diz Andréa.

Mas não só os parlamentares são alvo dos lobistas. As peculiaridades do sistema de governo no Brasil fazem com que o lobby também seja dirigido ao Executivo. A centralização do processo de tomada de decisão no Executivo e o caráter legislador que esse poder assumiu, principalmente após o golpe militar de 1964, são os principais fatores que atraíram os lobistas para esta esfera. "Às vezes, o lobby chega até mesmo ao Judiciário", diz a pesquisadora. "Mas isso não é bom. Estas especificidades do sistema brasileiro obstruem muitas vezes o canal de comunicação. As medidas provisórias, por exemplo, instrumento muito utilizado pelo Executivo, arrasa a atividade lobista."

Na opinião de Andréa, a prática do lobby legítimo é benéfica. "O Legislativo se enriquece. Os lobistas levam informações da sociedade civil aos parlamentares e lhes fornecem instrumentos para agir. O processo democrático só teria a ganhar com a regulamentação da atividade."

O senador Marco Maciel concorda: "A atividade lobista melhora a qualidade do trabalho parlamentar. E se o lobista é regulamentado, nós sabemos com quem estamos falando, não há erro, vamos direto ao ponto. Defendo a regulamentação por isso e também para que nós, parlamentares, possamos acompanhar a atividade de perto. É uma atividade legítima."